

ENSINO DE GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA: A INTERDISCIPLINARIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO

GEOGRAPHY AND SOCIOLOGY TEACHING: INTERDISCIPLINARY ON NATIONAL'S CURRICULA BASIS AND IN THE GAUCHO'S CURRICULA EREFERENCE

LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA Y DE LA SOCIOLOGÍA: LA INTERDISCIPLINARIEDAD EN LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR Y EN EL MARCO CURRICULAR DE RIO GRANDE DO SUL

Miguel de Oliveira Frozza¹
Otacílio Lopes de Souza da Paz²

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar uma breve reflexão de caráter interdisciplinar sobre o ensino de geografia e de sociologia na educação básica porque, na reforma curricular da educação básica, é necessário considerar as potencialidades da interdisciplinaridade. A metodologia de trabalho é bibliográfica e qualitativa; analisam-se documentos da BNCC e o Referencial Curricular Gaúcho assim como artigos publicados sobre a temática. O objetivo é apresentar conteúdos e temáticas curriculares que possam ser trabalhadas de forma interdisciplinar na educação básica. Para isso, estudam-se perspectivas teóricas de autores como Anthony Giddens, Paul Vidal de la Blache e de pesquisadores brasileiros que procuram construir uma epistemologia interdisciplinar entre a geografia e a sociologia. Logo, analisam-se conteúdos curriculares dessas áreas que podem ser trabalhados de forma interdisciplinar e apresentam-se sugestões para trabalho em sala de aula, assim como para pesquisas sobre a interdisciplinaridade no ensino dessas disciplinas.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; ciências humanas; ciências sociais; currículo escolar.

Abstract

This paper aims to carry out a brief interdisciplinary reflection on Geography and Sociology teaching in basic education, given the need, grounded on basic education curricula reform, to consider interdisciplinary's potential. Through bibliographic and qualitative research, the National Curricula Basis and the Gaúcho Curricula Reference are analyzed, as well as papers published on the subject. The objective is to present curricular themes and content for an interdisciplinary work in basic education. To this end, theoretical perspectives of author such as Anthony Giddens, Paul Vidal de la Blache, and Brazilian researchers who work to build an interdisciplinary epistemology between Geography and Sociology. Thus, it was analyzed curricula content from both these areas, which can be worked interdisciplinary, also suggestion to classroom daily routine are given, and for researches about interdisciplinary on teaching of Geography and Sociology.

Keywords: interdisciplinarity; Social Sciences; school curricula.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo realizar una breve reflexión de carácter interdisciplinario sobre la enseñanza de la geografía y la sociología en la educación básica porque, en la reforma curricular de la educación básica, es necesario considerar el potencial de la interdisciplinariedad. La metodología de trabajo es bibliográfica y cualitativa; se analizan documentos de la BNCC y del marco curricular de Rio Grande do Sul, así como artículos publicados sobre el tema. El objetivo es presentar contenidos y temas curriculares que puedan ser trabajados de manera interdisciplinaria en la educación básica. Para ello, se estudian las perspectivas teóricas de autores como

¹ Licenciado em Geografia pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: miguel.frozza@gmail.com

² Professor da área de Geociências no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: otacilio.p@uninter.com

Anthony Giddens, Paul Vidal de la Blache e investigadores brasileiros que buscam construir uma epistemologia interdisciplinaria entre la geografía y la sociología. Luego, se analizan los contenidos curriculares de estas áreas que pueden ser trabajados de manera interdisciplinaria y se presentan sugerencias para el trabajo en el aula, así como para la investigación sobre la interdisciplinariedad en la enseñanza de estas disciplinas.

Palabras-clave: interdisciplinariedad; ciencias humanas; ciencias sociales; currículo escolar.

1 Introdução

O presente artigo pretende realizar uma breve reflexão sobre as interfaces do ensino de geografia e o de sociologia, a partir análise dos conteúdos e temáticas presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Gaúcho Curricular (RGC), que podem ser trabalhados, na educação básica, de forma interdisciplinar. Também se propõe revisar alguns pontos teóricos sobre a interdisciplinaridade da geografia e da sociologia, a partir de Anthony Giddens (2009) e Paulo Vidal de la Blache (apud RIBEIRO, 2007) e de pesquisadores brasileiros de ambas as disciplinas que refletem sobre o tema.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico; nela se faz análise documental da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular Gaúcho, assim como revisão bibliográfica de artigos científicos da área.

Na primeira etapa apresentamos algumas considerações epistemológicas sobre características uma pesquisa qualitativa bibliográfica. Na sequência, desenvolvemos uma reflexão teórica e epistemológica sobre a interdisciplinaridade nas disciplinas de Geografia e Sociologia, a partir de Anthony Giddens (2009) e Paulo Vidal de la Blache (apud RIBEIRO, 2007). Também consideramos autores brasileiros, que discutem o tema, em uma perspectiva interdisciplinar, no contexto acadêmico e escolar atual.

Na terceira etapa do artigo, faz-se a apresentação e análise dos conteúdos da Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Gaúcho Curricular (RGC), nas etapas de ensino fundamental e médio. Logo, consideram-se os conteúdos de Sociologia em ambas as propostas curriculares, para o ensino médio.

Na quarta parte, formula-se uma reflexão pedagógica para o ensino interdisciplinar da Geografia e da Sociologia, no contexto das salas de aulas da educação básica no Brasil. Estudamos autores que tratam algumas temáticas de forma interdisciplinar, cruzando conhecimentos e conceitos de ambas as disciplinas.

Ambas integram o campo teórico das Ciências Humanas, juntamente com a História e a Filosofia. Trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares não chegam a ser novidade, principalmente entre disciplinas irmãs como as consideradas. Pensar questões de sociedade, humanidade, população, demografia, espaço, cultura, território, política e geopolítica, meio

ambiente, produção, indústria, questão agrária, urbanização, comércio e outros, sempre foram objetivos de estudo de ambas. Muitos geógrafos e sociólogos já refletiram sobre grandes temáticas, inter cruzando conceitos e teorias de ambas as áreas.

Segundo a professora e pesquisadora Marília Freitas de Campos Pires (1998), a disciplinaridade e a segmentação curricular em áreas de conhecimento específicas é fenômeno que caracteriza o papel da escola na formação de mão de obra para a sociedade capitalista, pós-revolução industrial. Nos modelos produtivos do fordismo e taylorismo, a escola tinha o papel de formar um trabalhador alienado no seu processo de trabalho — e no social —, condicionado a ser repetidor de tarefas manuais, rotinas de trabalho impostas, apenas operando máquinas de produção das fábricas. Nesse sentido, não havia espaço nos currículos escolares para uma formação reflexiva ou crítica, assim como para uma educação curricular interdisciplinar mais abrangente e leitura de mundo mais ampla.

A partir do surgimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), da globalização e da sociedade da informação, o mundo passa por uma reestruturação produtiva, que começa a exigir um trabalhador mais crítico, reflexivo e criativo. Nesse novo contexto, discutem-se currículos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares. Porém, o que são essas formas curriculares e quais as diferenças entre elas?

Segundo a autora, existem diferenças significativas entre currículos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares. A transdisciplinaridade trabalha com uma concepção holística, que busca um novo paradigma para a educação e para outras áreas do conhecimento; tem a sua base na teoria da complexidade, buscando a integração da totalidade em uma perspectiva a-histórica.

A multidisciplinaridade, a autora a caracteriza como uma tentativa de desenvolvimento de um currículo promotor de multifuncionalidades, para preparar o ser humano para novas formas do capitalismo contemporâneo, que exige do trabalhador múltiplas habilidades.

Pires (1998) argumenta, no entanto, que os modelos da transdisciplinaridade e da multidisciplinaridade não fazem uma crítica ao modo de produção capitalista, não postulam uma educação dirigida à emancipação humana, em um conceito epistemológico dialético e materialista histórico, que vise a própria superação da contradição da relação capital-trabalho da sociedade capitalista.

O modelo da interdisciplinaridade e sua discussão surge nos movimentos de 1968; apresenta críticas aos modelos universitários tradicionais, pautados na formação de mão de obra especializada para o sistema produtivo. Esses movimentos surgem na Europa, em contexto de efervescência cultural dos protestos de maio de 1968, e, na América Latina, em contexto de

resistência aos regimes autoritários militares. Nesses espaços, a discussão da interdisciplinaridade surge como forte oposição aos modelos de organização da produção e educação capitalistas, como crítica à formação altamente especializada, propondo em seu lugar uma integração do conhecimento humano com a *práxis social*, visando a formação de um novo sujeito político, crítico e reflexivo, não alienado em seu trabalho especializado, mas que busque a formação integral do ser humano (PIRES, 1998).

A partir dessas perspectivas, entendo a interdisciplinaridade não como uma mera articulação entre conteúdos e temáticas de diferentes disciplinas; a interdisciplinaridade será aqui entendida como uma perspectiva curricular crítica aos modelos disciplinares de currículos da pedagogia tradicional — que tendem a formar indivíduos alienados em suas especialidades de conhecimento —, em uma visão mais ampla sobre a totalidade. A proposta de ensino interdisciplinar da Geografia e Sociologia deve contribuir para uma formação mais abrangente dos alunos; visa a construção de conhecimentos integrados, em uma perspectiva crítica e reflexiva, que forme cidadãos políticos, pensantes e ativos na esfera pública, na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Por esses motivos é importante, na elaboração desta pesquisa, analisar e pensar possíveis intercruzamentos do ensino de Geografia e Sociologia, a partir do que está proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Gaúcho, e sugerir formas de aplicação pedagógica em sala de aula, dentro da perspectiva da teoria crítica da interdisciplinaridade.

2 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa utiliza o método bibliográfico, de caráter qualitativo. O artigo busca compreender fenômenos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que envolvem conceitos e conteúdos da BNCC, especialmente nas áreas de Geografia e Sociologia. A pesquisa acessou arquivos online da BNCC e artigos dos pensadores consultados.

Referente ao uso de arquivos como método de pesquisa de diferentes áreas, a socióloga francesa Liora Israel observa:

De fato, o desenvolvimento crescente das pesquisas feitas no domínio da sociologia histórica ou socio história funda-se exatamente no uso sempre mais frequente do material de arquivo. De maneira mais geral, a reflexão metodológica sobre arquivo é igualmente necessária para quem importa para seu campo de pesquisa documentos e elementos materiais, mas igualmente entrevistas que constituirão os arquivos orais; o sociólogo, mesmo às vezes ignorando-o, torna-se arquivista involuntário do campo de

pesquisa que ele mesmo percorre. Nestes aspectos, uma reflexão sobre os usos do arquivo em sociologia não poderia deixar de considerar o que adviria aos arquivos do próprio sociólogo (ISRAEL, 2015. p. 142).

Conforme observa Israel, sociólogos e pesquisadores de outras áreas usam cada vez mais a pesquisa bibliográfica como método de investigação científica. A autora faz uma observação interessante sobre o pesquisador que, ao realizar entrevista e coletar dados em campo, ele mesmo, está produzindo arquivos ou futuros arquivos sobre seu objeto de pesquisa.

Para o desenvolvimento da revisão bibliográfica sobre o ensino da Geografia e da Sociologia na educação básica, realizamos a leitura e análise da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho, especialmente os conteúdos de Geografia para ensino fundamental e médio e os de Sociologia para o ensino médio, sempre buscando pontos de interconexão entre das ambas as disciplinas.

3 Resultados e discussão

3.1 As concepções teóricas da interdisciplinaridade entre Geografia e Sociologia

Para o embasamento teórico de nossa análise, iremos buscar o sociólogo britânico Anthony Giddens (2009) e geógrafo francês Paul Vidal de la Blache (apud RIBEIRO, 2007). Paul Vidal de La Blache, pensador e geógrafo, viveu na França entre o final do século XIX e início do século XX. Foi um dos principais geógrafos da sua época; um dos aspectos centrais da sua obra de mais de 21 livros foi estabelecer bases científicas e epistemológicas para a construção da Geografia Humana. Em uma de suas palestras, proferida em 1902 na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e publicada em *Annales de Géographie*, La Blache reflete sobre a construção de métodos da Geografia Humana, propondo que as Ciências Humanas, para se estabelecer como ciências, deveriam abandonar qualquer perspectiva universalista, metafísica e utópica de explicação da realidade social e estabelecer os fenômenos sociais como objetos de pesquisa científica (LA BLACHE apud RIBEIRO, 2007, p. 117).

Buscando construir um lugar e objeto de estudo para a Geografia Humana, La Blache explica que, diferentemente da Sociologia e da História, que são ciências humanas, a Geografia é uma ciência da natureza e humana ao mesmo tempo. Ela parte da terra para o homem, ao contrário de suas disciplinas irmãs, que partem do homem para a natureza. Porém, mesmo reconhecendo as suas diferenças, ele afirma que a interdisciplinaridade é essencial para o desenvolvimento científico. Para compreender a dinâmica da natureza-homem, La Blache reconhecia que a Geografia deveria estabelecer diálogo com outras

ciências humanas e naturais. A Geografia é uma disciplina que flutua entre as esferas de diversas disciplinas e se interconecta com elas.

O sociólogo britânico Anthony Giddens também procurou construir pontes epistemológicas com a Geografia e a Sociologia. Em seu livro *Constituição da sociedade*, dedicou um capítulo para discutir conceitos de tempo, espaço e regionalização, e suas interfaces interpretativas entre a Sociologia e a Geografia. Nesse livro, Giddens afirma:

A maioria dos analistas sociais trata o tempo e o espaço como meros ambientes de ação e aceita irrefletidamente a concepção de tempo que, enquanto tempo cronometrável, é característico da moderna cultura ocidental. Com a exceção dos recentes trabalhos geográficos [...] os cientistas sociais não foram capazes de construir seu pensamento em torno dos modos como os sistemas sociais são constituídos através do espaço-tempo (GIDDENS, 2009, p. 129).

Nesse trecho, Giddens reconhece que a Geografia pode ajudar aos cientistas sociais a pensar as formas de estruturação e construção das sociedades, em diferentes momentos de espaço e tempo, sem descuidar aspectos da regionalização.

Sobre a regionalização, Giddens dirá:

A “regionalização” deve ser entendida não meramente como a localização no espaço, mas referente ao zonamento do tempo-espaço em relação às práticas sociais rotinizadas (GIDDENS, 2009, p. 140).

Ou seja, o conceito de “regionalização” não tem a ver apenas com o espaço geográfico, mas com um conjunto de práticas sociais, formadas a partir da interação social entre as pessoas que ocupam e vivem em determinado espaço-tempo; nesse sistema de práticas e interação social, criarão significantes culturais que produzirão uma interpretação e percepção coletiva sobre as características que marcam determinado espaço geográfico.

Como podemos observar, de acordo com Anthony Giddens e Paul Vidal de la Blache, a interdisciplinaridade entre a Geografia e Sociologia pode ser trabalhada e estimulada, porque ambas contribuem com os estudos dos fenômenos sociais e geográficos.

No cenário acadêmico brasileiro, alguns pesquisadores também procuram trabalhar a interdisciplinaridade entre a Geografia e Sociologia. A professora e pesquisadora Ana Cristina Silva (2011), em seu artigo *O pensamento geográfico entre a sociologia do conhecimento e a ideologia*, procura analisar os movimentos teóricos do pensamento geográfico, especialmente da geografia humana, a partir de aportes teóricos da área da sociologia do conhecimento.

Na sua análise, Ana Cristina Silva (2011) utiliza o conceito de Sociologia Do Conhecimento de Karl Mannheim, e procura analisar o “contexto da ação coletiva” (SILVA, 2011), conforme o próprio Mannheim observa:

[...] a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum (MANNHEIM, 1986, p. 31 apud SILVA, 2011, p. 5).

A partir dessa perspectiva da Sociologia do Conhecimento, Ana Cristina Silva (2011) procura analisar os contextos de ação do desenvolvimento da geografia brasileira, refletindo sobre os embates teóricos, ideológicos e epistemológicos, entre os geógrafos brasileiros, principalmente dos setores da geografia empirista “conservadora”, com os que propuseram um movimento de renovação teórica da geografia, com forte influência do pensamento dialético, do materialismo histórico e marxista.

Outro pesquisador brasileiro, que procurou trabalhar conceitos interdisciplinares entre a Geografia e a Sociologia, foi Roberto Grun (2004), em seu artigo *A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil*. Grun procura aproximar conceitos de espaço econômico e governança corporativa, para analisar o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro e o processo de financeirização da economia brasileira, a partir dos anos 1980. Além de considerar aspectos históricos do desenvolvimento da financeirização brasileira, Grun procura problematizar os espaços econômicos e suas formas de governança corporativa, e como ela influencia aspectos da governança da sociedade e do Estado.

Os professores e pesquisadores Jacob Carlos Lima e Soraya Maria Vargas Cortes (2013), no artigo *A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade das ciências sociais*, procuram apresentar um panorama de desenvolvimento da disciplinaridade e interdisciplinaridade da sociologia brasileira na educação superior. Estudam o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação e graduação na área de ciências sociais no Brasil.

Os autores diagnosticam que, nas últimas décadas, houve uma ampliação da pós-graduação brasileira na área de ciências sociais, tanto em aspectos disciplinares com na criação de programas de pós-graduação específicos em disciplinas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política — interdisciplinares e multidisciplinares —, cruzando conhecimentos da Sociologia, Economia, Geografia, História e outros, por eixos temáticos de pesquisa social, conforme observam no artigo:

Há, no entanto, um novo tipo de movimento, que cresceu na última década, que é o da constituição de cursos de pós-graduação cuja perspectiva interdisciplinar ultrapassa os limites do que entendemos como Ciências Sociais, incorporando disciplinas pertencentes ao campo das ciências sociais aplicadas e de humanidades, tais como a História, a Geografia, a Literatura, o Direito, a Filosofia (LIMA; CORTES, 2013, p. 427).

Os autores concluem que a interdisciplinaridade das ciências sociais se fortaleceu na última década. O professor e pesquisador Rafael Straforini (2018), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em seu artigo *O ensino de Geografia como prática espacial de significação*, realiza uma reflexão sobre a prática de ensino da Geografia no Brasil, em especial da Geografia Escolar.

O artigo foi escrito em 2018, em meio à discussão da reforma curricular do ensino médio, que agrupou as disciplinas por áreas de conhecimento e tornou obrigatório apenas o ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Straforini, através desse artigo, intensifica a defesa da Geografia Escolar, ao mesmo tempo que busca refletir e problematizar as práticas pedagógicas da disciplina.

Rafael Straforini (2018) afirma que a Geografia Escolar tem que desenvolver nos alunos o pensamento espacial, apresentando conceitos espaciais, processo de raciocínio e formas de representação. Outro aspecto que Straforini observa é que a geografia escolar deve desenvolver nos alunos:

[...] i) a função descritiva de localização dos objetos no espaço e as relações topológicas entre eles; ii) a função analítica que permite compreender as estruturas espaciais; iii) a função inferencial, que responde às perguntas sobre função dessas estruturas, bem como sua evolução (STRAFORINI, 2018, p. 181).

A Geografia Escolar, além de promover o desenvolvimento do pensamento espacial de si próprio e de sua volta e conhecimento sobre topologia do espaço, deve desenvolver no aluno a percepção de alteridade nas dimensões espaciais, sou seja, diferentes grupos sociais e pessoas possuem percepções diferentes sobre espaço (STRAFORINI, 2018).

Para estimular o raciocínio espacial, a percepção de espaço e o processo de alteridade das percepções de espacialidade, Rafael Straforini (2018) defende que o ensino da Geografia Escolar seja trabalhado de forma multidisciplinar com outros campos de conhecimento, principalmente com as demais disciplinas de Ciências Humanas, como Sociologia, História e Filosofia. Os conteúdos, além de articulados de forma multidisciplinar, devem estar próximos à realidade do estudante.

A professora e pesquisadora Cátia Antonia da Silva (2012), em seu artigo *O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente*, também realiza reflexão epistemológica de aproximação entre as duas disciplinas. Nesse artigo, Silva reflete sobre a obra da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro.

Na primeira parte do artigo, realiza uma discussão sobre a epistemologia e a episteme (sentido da ação) do fazer científico, geográfico e sociológico, como atividade de pesquisa de docência (SILVA, 2012). Na segunda parte, a autora reflete sobre o trabalho de Ana Clara Torres Ribeiro, que procurou aproximar as disciplinas de Geografia e

Sociologia. Ribeiro apresenta o conceito de cartografia da ação social, que buscar compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais entre sociedade e espaço, problematizando as formas de representação social, produção social do espaço, múltiplas espacialidades existentes e as contradições e disputas que existem na produção do espaço físico e social (SILVA, 2012).

Ao longo de sua trajetória enquanto professora e pesquisadora, Ribeiro procurou aproximar as disciplinas de Sociologia e Geografia, buscando uma renovação teórica para o estudo da cartografia social, espaço urbano e ação social dos indivíduos e grupos sociais, na sociedade e no espaço (SILVA, 2012).

3.2 A disciplina de Geografia na BNCC, etapa do ensino fundamental

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) é um documento de caráter normativo, lançado em 2017. Pretende nortear a construção dos currículos escolares nacionais, diminuir desigualdades educacionais, assimetrias regionais e diferenças existentes na educação básica brasileira.

O seu objetivo é ofertar uma educação básica mais equitativa e nortear a construção dos currículos das escolas federais, estaduais, municipais e particulares. A base contempla as três etapas da educação básica: infantil, fundamental e média. Os conteúdos da BNCC devem ser aplicados às diferentes modalidades da educação: indígena, quilombola, educação de jovens e adultos, educação técnica e profissional, educação especial, educação do campo e outras, sempre considerando, em sua adequação, as especificidades, necessidades e particularidades dos alunos das diferentes modalidades da educação básica.

A BNCC está dividida em áreas de conhecimento: 1) Linguagens; 2) Matemática; 3) Ciências Humanas e suas Tecnologias; 4) Ciências da Natureza e suas Tecnologias. As disciplinas de Sociologia e Geografia estão dentro da área de Ciências Humanas. A Geografia está prevista nas etapas de ensino fundamental e médio e a Sociologia só no ensino médio. No entanto, na possibilidade de práticas pedagógicas compartilhadas, consideramos que conceitos e conteúdos básicos da Sociologia podem ser trabalhados no ensino fundamental, para apoiar explicações geográficas e históricas.

A leitura do componente curricular da Geografia para o ensino fundamental evidencia que várias temáticas podem ser tratadas de forma interdisciplinar com a Sociologia.

Para ensinar e desenvolver o raciocínio geográfico, a BNCC, recomenda:

O raciocínio geográfico, uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios [...] para compreender aspectos fundamentais da realidade: a

localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas (BRASIL, 2017, p. 59).

Ou seja, a formação do raciocínio geográfico considera as ações antrópicas sobre a paisagem. Para entender a sua dimensão é preciso compreender os fatos sociais que as produzem, nos processos de interação social na sociedade, o que é objeto de estudo da Sociologia. O aluno, além de compreender os fenômenos físico-geográficos e os efeitos da ação humana sobre os componentes físico-naturais, poderá compreender os fatores motivadores e geradores das ações antrópicas, que induzem a uma determinada ação humana sobre o meio físico e natural.

O quadro dos princípios do raciocínio geográfico traz também elementos que podem ser trabalhados em comum com a Sociologia: 1) Analogias entre os fenômenos geográficos e ações antrópicas; 2) Conexão entre os fenômenos estudados; 2) Diferenciação dos componentes da ação antrópicas; 3) Distribuição dos efeitos das ações antrópicas no espaço geográfico; 4) Extensão dos efeitos das ações humanas; 5) Localização das ações humanas no espaço geográfico; 6) Ordem em que ocorrem ações antrópicas sobre o arranjo espacial, segundo as regras da própria sociedade que o gerou.

As temáticas de território e territorialidade, desigualdades sociais, região e regionalização, meio ambiente, natureza, qualidade vida, população, demografia, cidadania, produção industrial, agricultura, culturas, geopolítica e outras, todas elas podem ser apresentadas de forma interdisciplinar com a Sociologia, porque são objetos de estudo de ambas as áreas.

Recomendamos que esses temas sejam tratados em aulas das duas disciplinas, em projetos integradores. Projetos de saída a campo, visita a comunidades tradicionais, parques ecológicos, prática de turismo pedagógico pela própria cidade, podem render bons trabalhos e práticas pedagógicas significativas, em ambas as disciplinas. Podem ser explorados aspectos da paisagem, território, região e espaço, conjuntamente com aspectos da interação social nesses espaços e efeitos das ações antrópicas no meio geográfico.

3.3 Revisão sobre Geografia e Sociologia da BNCC na etapa do ensino médio

O ensino médio é etapa final da educação básica; é um direito público subjetivo que deve ser universalizado para toda a população brasileira; sendo um direito de todo cidadão brasileiro, é um dever do Estado. Sabemos que, na prática, as coisas não se dão dessa maneira; as juventudes brasileiras se diferenciam por condições de vida e perspectivas de futuro desiguais. O acesso à educação, cultura, ciência, tecnologia e trabalho não ocorre de forma igual. Os índices de desigualdades pioraram, e muito, com a pandemia. Segundo

dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cerca de 5 milhões de estudantes abandonaram a escola nesse período, com um aumento de 5% na evasão escolar do ensino fundamental e 10% no ensino médio (ALESSANDRA; SEABRA, 2021).

As novas propostas de currículo escolar, além de considerar, em sua elaboração, as desigualdades e déficits educacionais que já existiam no Brasil, também devem atender novas demandas surgidas com a pandemia. Dentro desses contextos, as reformas curriculares visam aproximar os currículos escolares, principalmente o do ensino médio, para a realidade dos estudantes; propõem currículos menos teóricos e conteudistas, que preparem os jovens para o mercado de trabalho e construam para eles um projeto de vida.

O currículo de ensino médio, na BNCC, está dividido por áreas de conhecimento, onde os estudantes devem desenvolver competências gerais, além de receber formação técnica e profissional.

A área de ciências humanas contempla as disciplinas de História, Geografia e Sociologia; ela deve ampliar a formação do ensino fundamental e orientar para uma formação ética, trabalhando ideias de justiça, autonomia, liberdade de pensamento e escolha, compreensão e reconhecimento das diferenças, respeito pelos direitos humanos e pela interculturalidade, combate aos preconceitos.

Nessa etapa escolar, a área de ciências humanas deve também desenvolver domínio de linguagens simbólicas e capacidade de abstração, já que o jovem amplia suas capacidades cognitivas, de diálogo e domínio de conceitos e metodologias da área. Também deve estimular as capacidades de argumentação, de dialogar com o outro, problematizar e refletir sobre o uso e aplicação das tecnologias na sociedade contemporânea. Deve estimular o protagonismo juvenil e a consciência política e cidadã dos jovens; necessita problematizar temáticas como tempo e espaço, território e fronteiras, indivíduos, natureza, sociedade, cultura, ética, política e trabalho.

Nas temáticas de tempo e espaço, o estudante deve desenvolver a capacidade de contextualizar os fatos sociais, históricos, políticos, culturais e econômicos; compreender que a percepção de tempo e espaço variam em cada sociedade e cultura, conforme observa o documento da BNCC:

[...] Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassa a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades (BRASIL, 2017, p. 563).

A dimensão de espaço deve contemplar aspectos históricos, culturais, cronológicos e cartográficos, considerando a dinâmica da interação humana com a natureza. A BNCC observa:

[...] A compreensão do espaço deve contemplar suas dimensões histórica e cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. Espaço está associado aos arranjos dos objetivos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados (BRASIL, 2017, p. 563).

Nas temáticas de Território e Fronteira, o documento da Base Nacional Comum Curricular recomenda que a primeira seja abordada não só em sua perspectiva cartográfica, mas como uma porção da superfície terrestre que envolve estados, países, grupos sociais, noções de lugar, região, fronteira, limites políticos e administrativos, idioma, cultura, comunidade, organização e produção econômica, jurisprudência, soberania, relações e disputas de poder.

As fronteiras são construídas historicamente e expressam uma cultura, povos e organização social. Muitas vezes a temática de fronteiras associa-se com questões de confrontos e conflitos entre diferentes povos, civilizações, países, impérios e estados nacionais. Além das marcações tradicionais de território político-administrativo, as fronteiras existem nas cidades, bairros, no dia a dia; são fronteiras econômicas, sociais e culturais.

A BNCC também recomenda tratar aspectos das fronteiras dos saberes, que envolvem conhecimento e práticas de diferentes sociedades, sobre ambiente, técnicas, espiritualidade, ciências, cultura, conhecimentos, artes, idiomas, escrita e outras. Essa abordagem visa demonstrar aos alunos que, na vida social e na cultura, também existem fronteiras simbólicas, que são estruturantes das relações sociais e organização da sociedade.

A BNCC também orienta que a área de Ciências Humanas trabalhe com a interação entre Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética. A escola precisa mostrar como essas categorias funcionam na organização da sociedade, na convivência social e na vida em comum; deve explicar como é a interação do ser humano com a natureza, na aquisição dos bens e mercadorias para a sua subsistência. Deve analisar como a interação entre homem e natureza ocorreu ao longo da história, nas diferentes sociedades, contextos e na atualidade. É preciso abordar também os efeitos e consequências da intervenção humana no ambiente e ecossistemas; mostrar como ocorre a produção de signos e simbolismo, para produção e reprodução material e cultural das sociedades. Conforme o documento da Base Nacional Comum Curricular:

[...] Na construção de sua vida em sociedade o indivíduo estabelece relações e interações sociais com outros indivíduos, constrói sua percepção de mundo, atribui significados ao mundo ao seu redor, interfere na natureza e a transforma, produz conhecimento e saberes, com base em alguns procedimentos cognitivos próprios,

frutos de suas tradições tanto físico-materiais como simbólico-culturais. A forma como diferentes povos e sociedades estruturam e organizam o espaço físico-territorial e suas atividades econômicas permite, por exemplo, reconhecer a influência que esses aspectos exercem sobre diversos modos como esses grupos estabelecem suas relações com a natureza, incluindo-se os problemas ambientais resultantes dessas interferências. As relações que uma sociedade tem com a natureza também são influenciadas pela importância atribuída a ela em sua cultura, pelos valores sociais como um todo e pela informação e consciência que se tem da importância da natureza para a sustentabilidade do planeta (BRASIL, 2017, p. 565).

Como observa a BNCC, as disciplinas de Ciências Humanas precisam trabalhar os aspectos objetivos, intersubjetivos e subjetivos das relações humanas em sociedade, e da sociedade com a natureza e meio ambiente.

A BNCC também recomenda ao campo das Ciências Humanas que trate a temática da cultura, para que se compreenda que as transformações que ocorrem nos indivíduos, na sociedade e nas relações sociais se produzem por mudanças na cultura. Para a BNCC, as Ciências Humanas trabalharão de forma multidisciplinar:

[...] Atualmente, as Ciências Humanas compreendem a cultura a partir de contribuições de diferentes campos do saber. O caráter polissêmico da cultura permite compreender o modo como ela se apresenta a partir de códigos de comunicação e comportamento de símbolos e artefatos, como parte da produção, da circulação do consumo de sistemas culturais que se manifestam na vida social. Os indivíduos estão inseridos em culturas (urbanas, rurais, eruditas, de massas, populares, regionais e locais etc.) e, dessa forma, são produtores e produto das transformações culturais e sociais de seu tempo (BRASIL, 2017, p. 566).

Um das razões para que a cultura atualmente seja tratada de forma multidisciplinar é porque está em constante transformação; conseqüentemente, a sociedade e os indivíduos também estão. Por um tempo se pensou que a globalização iria aproximar as culturas do mundo e criar uma única cultura hegemônica, porém, o que ocorreu foi o contrário. Hoje em dia existe um processo de afirmação de nacionalismos, identidades culturais específicas, diferenças culturais e processos de estratificação e desigualdade social. Esses novos processos de diferenciação cultural e estratificação social reafirmam processos de exclusão e marginalização social de grupos étnicos, sociais e culturais minoritários, muitas vezes acompanhados por conflitos bélicos e violência contra esses grupos.

Para combater as diferentes formas de preconceitos, racismo e xenofobia, a BNCC orienta para uma prática pedagógica de valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos. Incentiva as práticas de empatia e alteridade nos alunos, sempre levados a se colocar no lugar do outro.

Na dimensão de Política e Trabalho, a BNCC trabalha com a perspectiva de *pólis* (espaço público), de sociedade e de mundo:

[...] A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (BRASIL, 2017, p. 567).

A BNCC entende que a inserção do indivíduo na pólis ocorre através do trabalho e da vida política em sociedade. A escola deve estimular a construção cidadã do aluno, a discussão do bem comum, a vida em coletivo; problematizar aspectos da macro e micropolítica; apresentar as teorias em torno da formação, do papel do Estado e suas estratégias de legitimação, e como a tecnologia moderna interfere nesses processos. Também recomenda apresentar o conceito filosófico de pólis e política, a partir de sua origem na Grécia antiga.

O currículo escolar também deve apresentar e problematizar aspectos da geopolítica mundial, enunciando os conflitos entre pessoas, grupos, países e blocos transnacionais.

Na categoria Trabalho, deve-se entender essa dimensão como social, econômica, política, histórica, cultural e sociológica; como uma forma de transformação da natureza, como mercadoria e como forma de alienação. A BNCC também recomenda que o trabalho seja abordado nos conceitos teóricos dos autores clássicos da Sociologia: trabalho como valor (Karl Marx), racionalidade capitalista (Max Weber), ou como elemento de interação social (Émile Durkheim).

Na Geografia, a BNC recomenda que sejam problematizados os aspectos da transformação social e do espaço, na dimensão do trabalho, novas tecnologias, participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, diversificação das relações de trabalho, aumento da riqueza global, questões de distribuição, concentração e desigualdade econômica, entre população, países, continentes e diferentes setores sociais e produtivos. Também sugere questões de educação financeira e funcionamento do sistema monetário nacional e internacional.

Em síntese, a dimensão de Trabalho e Política, no ensino médio, deve permitir aos discentes o desenvolvimento da compreensão e capacidade de análise dos diversos contextos e papéis que os indivíduos desempenharão ao longo da vida; devem poder identificar e analisar criticamente os diferentes projetos políticos e econômicos em disputa na sociedade. Também se deve fortalecer valores como cidadania, liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.

3.4 Revisão sobre Geografia e Sociologia no Referencial Curricular Gaúcho

O Referencial Curricular Gaúcho (RS, 2018) foi lançado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul no ano de 2018. Ele segue as orientações da BNCC e busca especificar diretrizes para escolas estaduais.

Assim como a BNCC, na etapa de ensino fundamental, as disciplinas previstas são História e Geografia. O currículo escolar de Geografia objetiva introduzir as aprendizagens essenciais da área: alfabetização cartográfica, percepção do eu e do espaço territorial, o sujeito e seu lugar no mundo, escala e conexões, formas de representação e pensamento espacial, natureza, ambiente e qualidade de vida, mundo do trabalho.

No ensino médio, a Geografia deve aprofundar e consolidar os conhecimentos da etapa anterior. Deve expor aos alunos as diferentes correntes do pensamento geográfico mundial e brasileiro e seus autores; mostrar aspectos da Geografia tradicional e da Geografia crítica e as contribuições de importantes geógrafos, como Milton Santos e Yves Lacoste.

A Geografia no ensino médio deve pensar criticamente o local, o nacional e o global, a relação entre humanos e natureza e suas implicações para o meio ambiente e sociedade. Também deve estimular o entendimento dos conflitos sociais, a formação das fronteiras e estados nacionais, questões da geopolítica mundial, economia e política internacional.

No Referencial Curricular Gaúcho, a disciplina de Sociologia está prevista no ensino médio. Por possuir um método, conhecimento e uma abordagem teórica própria, deve ser ensinada na própria disciplina; deve estimular no aluno um processo de desnaturalização das relações sociais e de estranhamento de contextos sociais, buscando desenvolver um olhar crítico e reflexivo sobre sociedade, política, cultura, economia e problemas sociais. Deve ampliar a formação do pensamento.

O Referencial Curricular Gaúcho também recomenda que as três áreas das Ciências Sociais — a Sociologia, Antropologia e a Ciência Política sejam abordadas. Também devem ser estudados autores clássicos (Marx, Max Weber, Durkheim), autores brasileiros (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e outros) e autores das escolas francesa, inglesa, americana e latino-americana de sociologia (Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Talcott Parsons, Eduardo Galeano e outros) (RS, 2018, p. 130).

3.5 Possibilidade de aplicação no cotidiano escolar

As possibilidades dinâmicas e os projetos a serem construídos e desenvolvidos em sala de aula são muitos. A aplicação da interdisciplinaridade vai depender dos objetivos de aprendizagem e do contexto escolar específico de professores e alunos. Para a criatividade pedagógica não existem limites.

Alguns autores, no entanto, se dedicaram a elaborar dinâmicas e recomendações para o trabalho interdisciplinar da Geografia e Sociologia em sala de aula, especialmente em temáticas de desenvolvimento rural, educação do campo e meio ambiente.

Victor Ávila, Mauro Meirelles e Leandro Raizer (2013), no artigo *Sociologia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável*, defendem que as disciplinas Sociologia, Geografia, Biologia, Ecologia e outras, devem ter seus conteúdos articulados e integrados no projeto pedagógico das escolas e na sua aplicação em sala de aula, para trabalhar a temática ambiental.

Os autores sugerem que os professores articulem conteúdos de diferentes disciplinas para refletir, por exemplo, sobre a geração de lixo e resíduos. Como o modo de vida da sociedade de consumo está gerando cada vez mais resíduos não recicláveis (baterias de celulares, computador e outros), os efeitos que esse fenômeno vem causando na produção de espaços ambientalmente não saudáveis devem ser avaliados (ÁVILA; MEIRELLES; RAIZER, 2013, p. 166).

Rosa Lucia Lima da Silva Correia (2013), no seu artigo *Do mito à territorialidade: patrimonialização, turistificação e sobrevivência no Parque Memorial Quilombo dos Palmares*, utiliza conceitos de território e territorialidade para trabalhar questões de multiculturalismo, educação quilombola e identidade negra.

Podemos, a partir deste exemplo, elaborar práticas pedagógicas interdisciplinares de Sociologia e Geografia que busquem refletir sobre como a cultura e história de uma comunidade influenciam na formação de um sentimento de identidade territorial. O professor pode estimular a realização de pesquisas em comunidades e bairros sobre práticas culturais e históricas que gerem sentimentos de identificação com o território.

As antropólogas Ana Luiza Carvalho Rocha e Ana Paula Marcane Soares (2013), em seu artigo *A maternidade das águas: governabilidade e controle social das águas sob o prisma do multiculturalismo*, utilizam as bases teóricas da Sociologia e da Antropologia para refletir sobre o acesso, uso e governanças dos sistemas hidrográficos mundiais e brasileiros (ROCHA; SOARES, 2013, p. 195).

Nesse artigo, as autoras mostram que, para muitas populações humanas, as águas são um elemento constitutivo, formador e sagrado de suas culturas e crenças religiosas. Um exemplo é a festa de Iemanjá ou da Nossa Senhora dos Navegantes que, para religião Candomblé, é a representação da Mãe das Águas ou da Rainha do Mar. Outro exemplo, é a representação que as águas do Rio Nilo tinham em sistemas de crenças do antigo Egito, pois era um rio sagrado e provedor da vida (ROCHA; SOARES, 2013, p. 198).

Ao mesmo, tempo, as populações humanas e a sociedade industrial vêm estabelecendo um sistema de governança das bacias hidrográficas desigual e poluidor dos

ambientes aquáticos, enquanto a sua distribuição é desigual e escassa (ROCHA; SOARES, 2013, p. 205).

Essa perspectiva antropológica pode ser utilizada pelo professor de geografia em sala de aula, para o ensino das bacias hidrográficas. Além de ensinar as localizações geográficas e espaciais e a distribuição dos recursos hídricos, é possível refletir sobre como a cultura humana e nosso modo de vida vêm se relacionando com esse recurso, fundamental para existência de vida no planeta. O professor pode incentivar os alunos a pesquisar e analisar como a comunidade local se relaciona com os recursos hídricos, como a prefeitura municipal formula e executa o sistema de governança da rede hidrográfica local, como as medidas de proteção das nascentes vêm sendo executadas, se todos os habitantes têm acesso à água potável e saneamento básico, se a água utilizada está sendo limpa e reutilizada.

Nessa seção, procuro apresentar algumas perspectivas interdisciplinares para o ensino da Geografia e Sociologia. As possibilidades de aplicação dos conceitos e temas de ambas as disciplinas, em sala de aula, são muitas. A forma de aplicação também vai mudar em cada contexto, em cada escola, cabendo aos professores e à equipe pedagógica buscar as melhores práticas para a sua realidade local.

4 Considerações finais

Para a elaboração desse breve artigo, foi realizada a leitura de trabalhos de Anthony Giddens, Paul Vidal de la Blache, de documentos da BNCC e o Referencial Curricular Gaúcho, assim como estudos de professores e pesquisadores brasileiros. Verificou-se que a exploração do ensino interdisciplinar da Geografia e Sociologia pode gerar resultados positivos na aprendizagem e gerar projetos integradores promissores nas escolas. A interdisciplinaridade e a discussão epistemológica sobre a aproximação teórica das disciplinas já existem; grandes clássicos de ambas as disciplinas e pesquisadores brasileiros podem ser consultados.

As atuais reformas curriculares da educação básica em todo país estimulam a segmentação de disciplinas e a formação de currículos por áreas de conhecimento, muitas vezes reduzindo a carga horária das disciplinas de Ciências Humanas. Acredito que estamos tomando um caminho errado nas políticas curriculares; os novos currículos escolares deveriam estimular a interdisciplinaridade e a construção de projetos integradores de diferentes áreas do conhecimento. A compreensão da complexidade da realidade social exige um ensino e uma prática pedagógica multidisciplinar.

Pesquisas sobre o ensino interdisciplinar da Sociologia e da Geografia devem ser mais incentivadas em universidades, faculdades e órgãos governamentais, além das práticas pedagógicas nas escolas. As pesquisas devem explorar aspectos mais regionais e locais dos currículos de Geografia e Sociologia, construindo práticas interdisciplinares significativas para alunos, professores e toda a comunidade escolar.

Referências

- ALESSANDRA, Karla; SEABRA, Roberto. Educadores alertam para aumento de evasão escolar durante a pandemia. **Câmara dos Deputados**, Brasília-DF, 06 de out. 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/814382-educadores-alertam-para-aumento-de-evasao-escolar-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- ÁVILA, Victor; MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro. Sociologia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. *In*: MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena; LOPES, José Rogério (org.). **Ensino de sociologia: educação, patrimônio e meio ambiente**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2013. p. 153 – 170.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC: educação é a base**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 out. 2021.
- CORREIA, Rosa Lucia Lima da Silva. Do mito à territorialidade: patrimonialização, turistificação e sobrevivência no Parque Memorial Quilombo dos Palmares. *In*: MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena; LOPES, José Rogério (org.). **Ensino de sociologia: educação, patrimônio e meio ambiente**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2013. p. 61 - 79.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GRUN, Roberto. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 16. n. 2, p. 151- 176, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/kCWNyY4BGYcVp8nh7xtfRYL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- ISRAEL, Liora. O uso dos arquivos em sociologia. *In*: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 141-155.
- LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maria Vargas. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre - RS, v. 13, n. 3, p. 416-435, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.3.16522>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, UNESP, v. 2, n. 2, p. 173-182, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/30363>. Acesso em: 9 jan. 2023.

RIBEIRO, Guilherme. Uma epistemologia em construção: diálogos entre a Geografia e Sociologia em Paulo Vidal de la Blache. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Fluminense, v. 9, n. 18, p. 117 – 122, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13545>. Acesso em: 12 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL - RS. Secretaria de Estado de Educação. **Referencial Curricular Gaúcho: Humanas**. Porto Alegre: Secretaria de Estado de Educação, 2018.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; SOARES, Ana Paula Marcane. A maternidade das águas: governabilidade e controle social das águas sob o prisma do multiculturalismo. *In*: MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena; LOPES, José Rogério (org.). **Ensino de sociologia: educação, patrimônio e meio ambiente**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2013. p. 195 – 217.

SILVA, Ana Cristina. O pensamento geográfico entre a sociologia do conhecimento e a ideologia. **Revista Formação Online**, Presidente Prudente – SP, UNESP, v. 18, n. 1, p. 3-23, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/873/1084>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Cátia Antônia. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 220 – 240, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/56>. Acesso em: 12 abr. 2022.

STRAFORINI, R. O ensino de geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180037. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152621>. Acesso em: 12 abr. 2022.